



POLÍTICA DE ACCOUNTABILITY E AVALIAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE A GESTÃO ESCOLAR

Costa, Rivian Willyany Santos Correia¹

Santos, Inalda Maria dos²

Grupo de Trabalho (GT): GT 03

RESUMO

Este estudo busca compreender a política de accountability e avaliação no contexto da escola pública, com foco especial em como a gestão escolar incorpora e ressignifica os sentidos das avaliações externas no cotidiano escolar. A metodologia baseia-se em estudo bibliográfico, analisando autores que discutem os pressupostos das políticas de accountability e avaliação na gestão escolar. Os resultados indicam que as avaliações externas impactam significativamente as práticas escolares, impondo uma lógica restritiva e punitiva que desafia a autonomia dos gestores. No entanto, observa-se que esses gestores buscam ressignificar essas políticas, negociando e adaptando suas práticas para superar os efeitos negativos. Diante desse cenário, conclui-se que é necessário refletir sobre alternativas que valorizem uma educação crítica, indo além das limitações atuais e contribuindo para ampliar o debate sobre a gestão escolar e as políticas de avaliação no Brasil.

Palavras-chave: Políticas de accountability. Avaliação. IDEB. Gestão escolar.

INTRODUÇÃO

O estudo apresenta os resultados parciais de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Iniciação Científica financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal). A pesquisa situa-se no campo das políticas educacionais, analisadas sob a lente das reformas de caráter neoliberal iniciadas em 1990, com recorte na consolidação e nas implicações da lógica de accountability na educação pública e, especialmente, na gestão escolar.

Os estudos teóricos (Afonso, 2012; Alavarse, 2014; Sobrinho, 2004) têm evidenciado as avaliações externas como instrumentos indispensáveis para os mecanismos de controle dos resultados que mensuram a qualidade da educação pública. Essa configuração resulta da influência mercadológica presente nas políticas educacionais brasileiras desde o lançamento do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado em 1995, no mandato do então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Dessa forma, esse período foi marcado pela consolidação da transição um modelo burocrático para um modelo de gestão gerencial, inspirado na Nova Gestão Pública (NGP). A adoção de um novo modelo baseado no desempenho foi

¹ rivian.costa@cedu.ufal.br.

² inalda.santos@cedu.ufal.br





amplamente difundida pelos organismos internacionais, como o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que condicionaram os recursos à responsabilização por resultados.

Essa lógica evidencia-se no Brasil por meio da incorporação e consolidação das avaliações externas, das metas em busca de rendimentos e resultados, além dos dispositivos de responsabilização. Consta-se que, tanto os organismos internacionais, quanto os interesses privados nacionais representados pela lógica neoliberal são beneficiados com a substituição do modelo burocrático por um modelo gerencialista, quando o Estado se reestrutura e redefine seu papel, atuando então como regulador e avaliador dos serviços públicos (Afonso, 2007).

Assim, emergem as chamadas políticas de accountability, – estratégias de natureza administrativa baseadas na prestação de contas e responsabilização. – Não sendo exclusiva do ambiente corporativo, tais políticas atingem o campo educacional. Os sujeitos escolares, em destaque os gestores, tornam-se submissos aos resultados obtidos nos exames padronizados. Contudo, mesmo que a definição do termo esteja associada aos princípios empresariais de transparência, fiscalização e prestação de contas (Schneider; Nardi, 2015), sua aplicação nas políticas educacionais se restringe à lógica da punição e da vigilância. (Afonso, 2007).

Sob essa perspectiva, chega-se ao argumento de que a gestão escolar torna-se alvo central das políticas educacionais norteadas pelos ideais neoliberais. Se por um lado tem como dever garantir os resultados esperados pelas avaliações externas, por outro lado, os gestores enfrentam desafios costumeiros da escola pública, como a precarização das condições de trabalho e principalmente o tensionamento entre pedagógico democrático e o gerencial.

Por fim, entende-se uma problemática, a de que ao desviar o foco da real função da escola, que é de formação integral dos cidadãos, em seres ativos e críticos diante de sua realidade (Fernandes; Freitas, 2007) compromete o projeto político-pedagógico das instituições e esvazia a dimensão democrática da gestão educacional defendida por Libâneo (2015). Além disso, ao reduzir a educação a resultados e metas, apaga-se os deveres fundamentais como o compromisso ético e a construção coletiva do conhecimento.

OBJETIVOS





O estudo busca compreender as políticas de accountability e avaliação no contexto da escola pública, com ênfase em analisar como a gestão escolar tem incorporado e/ou ressignificado o papel das avaliações externas no cotidiano escolar.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Partindo do entendimento de que as políticas públicas não são neutras, mas sim carregam intencionalidades políticas e ideológicas, busca-se compreender como a lógica da responsabilização por resultados tem produzido efeitos no papel do gestor escolar. Como suporte teórico, são evidenciados os estudos sobre as políticas de accountability e avaliação educacional (Afonso, 2012; Nardi, 2019; Schneider; Rostírola e Vázquez, 2021), que apontam sua relação direta com os processos de regulação por resultados no contexto das reformas educacionais de inspiração neoliberal.

Entende-se que ao implantar a lógica empresarial no campo educacional, a cultura das avaliações resultam na lógica da responsabilização (Freitas, 2014) associada ao uso de índices como o Índice do Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que tem pressionado as escolas a adotarem distintas práticas pedagógicas voltadas exclusivamente para o desempenho dos discentes nos testes padronizados, desqualificando os diferentes atores que compõem a comunidade acadêmica, assim como suas respectivas realidades.

Nesse cenário, a gestão escolar deixa de ser pensada como espaço de mediação democrática e perde sua função social formativa (Veiga, 2013), assumindo um modelo tecnicista, sendo constantemente cobrada por resultados numéricos (Chirinéa; Brandão, 2015). A priori, o referencial teórico auxilia no entendimento de que as avaliações em larga escala e as políticas públicas direcionadas à educação impactam o trabalho dos gestores escolares ao exigir o cumprimento de metas e a mediação entre as leis e o projeto político pedagógico (PPP).

Assim como o avanço das parcerias público-privadas (PPPs) (Cêa, 2022; Freitas, 2012) que são inspiradas nos princípios da Nova Gestão Pública, que transferem a condução de políticas públicas a agentes privados, evidenciando cada vez mais a troca dos papéis onde o estado torna-se mínimo e terceiriza suas atribuições, comprometendo a autonomia das redes públicas e redirecionando os sentidos da gestão escolar.





PROCEDIMENTOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

No que se refere aos procedimentos metodológicos deste trabalho, a pesquisa é de natureza qualitativa, com destaque para a pesquisa bibliográfica como ferramenta fundamental para a compreensão aprofundada do objeto de estudo. Nesse sentido, reafirma-se a importância da pesquisa bibliográfica ancorada em Lima e Mioto (2007, p.44), que a definem como um procedimento metodológico essencial para a produção do conhecimento científico, especialmente em áreas pouco exploradas, ao permitir a postulação de hipóteses e interpretações que orientam investigações subsequentes.

Diante disso, a pesquisa bibliográfica foi construída a partir da análise de produções acadêmicas já consolidadas nesse campo de estudo. Foram estudados textos, artigos e livros sobre a temática investigada: as políticas de avaliação e accountability. Para o tratamento dos dados coletados utilizou-se a análise de conteúdo conforme proposta de Bardin (1977). A análise de conteúdo aplicada aos textos possibilitou a sistematização de categorias centrais da pesquisa, tais como: a influência das avaliações externas na gestão escolar e a relação entre responsabilização e financiamento da educação.

RESULTADOS

Os resultados parciais da pesquisa evidenciaram o surgimento, a adoção e o desenvolvimento de uma cultura avaliativa cuja obsessão é pautada nos resultados das avaliações em larga escala como instrumento norteador para a criação e consolidação das políticas educacionais (Afonso, 2007). Os efeitos advindos desse cenário repercutem de modo punitivo e prejudicial às escolas que não alcançam resultados positivos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), como a competição entre instituições, docentes e discentes, rankings, punições e bonificações que reforçam a ideia da meritocracia e ignoram as inúmeras realidades escolares (Sobrinho, 2004; Alavarse, 2014).

A pesquisa demonstrou a trajetória das reformas educacionais a partir da década de 1990, influenciadas pela Nova Gestão Pública, ao promover a consolidação das políticas de accountability, pressionando por resultados ao tornar o rendimento escolar o principal parâmetro da “qualidade” educacional. O IDEB torna-se, então, o indicador da lógica de qualidade e bons rendimentos, ao sintetizar





desempenho e fluxo escolar dentro de uma métrica de referência para metas institucionais e como critério para o repasse de recursos.

No estado de Alagoas, utilizado como exemplo, os dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) 2023 demonstram indicadores da queda progressiva dos resultados educacionais ao longo das séries escolares. O IDEB dos anos iniciais do fundamental é 6, torna-se 5 nos anos finais e atinge nota 4 no ensino médio. Esses dados reforçam as limitações da política de responsabilização ao desconsiderar as desigualdades existentes. Sobrinho (2004) aponta que a qualidade da educação não deve ser reduzida a números, e responsabilizar a comunidade acadêmica pelos resultados obtidos apenas reforça a lógica punitiva e meritocrática.

No epicentro da pesquisa, encontra-se a gestão escolar que emerge como alvo e agente reprodutor central das políticas de accountability. A literatura estudada demonstra uma visão panorâmica quanto à atuação dos gestores frente a lógica performativa; nota-se a adoção de estratégias como aplicação de simulados, replanejamento do calendário escolar, formação docente centrada nas habilidades cobradas nas avaliações externas. A pressão para atender as demandas das metas provoca a fragmentação do Projeto Político-Pedagógico e o esvaziamento do papel democrático da gestão (Libâneo, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise da literatura, percebeu-se que a política de accountability educacional no Brasil está fortemente vinculada às avaliações externas e ao uso de indicadores como o IDEB, para monitoramento da qualidade do ensino. Os textos analisados evidenciam que essas políticas se inserem em um contexto neoliberal, no qual há uma crescente responsabilização dos gestores e professores pelos resultados educacionais, frequentemente sem a devida consideração das condições estruturais e sociais que influenciam o desempenho dos alunos e, conseqüentemente, afetam o índice de aprovação e a concepção de “qualidade educacional”.

Observou-se, ainda, uma crítica recorrente à excessiva ênfase na mensuração de resultados por meio de avaliações externas. Os autores discutem como essa abordagem pode induzir a práticas pedagógicas restritivas, voltadas exclusivamente para a preparação dos alunos para os exames, em detrimento de uma formação crítica. Essa lógica intensifica o esvaziamento do Projeto





Político-Pedagógico das escolas, limita a autonomia dos docentes e aprofunda as desigualdades já existentes no sistema educacional.

Desse modo, torna-se evidente a necessidade de refletir sobre os efeitos dessas políticas na gestão escolar e sobre a necessidade de construir caminhos alternativos, pautados em uma educação democrática e comprometida com a função social formativa das escolas.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, A. J. **Estado, políticas educacionais e obsessão avaliativa**. Contrapontos, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 11–22, abr. 2007. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-71142007000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 mar. 2025.
- AFONSO, Almerindo Janela. **Para uma conceitualização alternativa de accountability em educação**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 33, n. 119, p. 471-484, 2012.
- ALAVARSE, O. M. **A avaliação escolar: características e tensões**. Cadernos de Educação, Brasília, n. 26, p. 11–26, jan./jun. 2014.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.
- BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado – MARE. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Imprensa Nacional, nov. 1995.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/>. Acesso em: 02 jun. 2025.
- CÊA, G. S. dos S. **Parcerias público-privadas e reforma do ensino médio em Alagoas: primeiras aproximações**. Revista Espaço Pedagógico, [S. l.], v. 30, p. e14732, 2023. DOI: 10.5335/rep.v30i0.14732. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/14732>. Acesso em: 12 jun. 2025.
- CHIRINÉA, A. M.; BRANDÃO, C. F. **O IDEB como política de regulação do Estado e legitimação da qualidade: em busca de significados**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas Educacionais, Rio de Janeiro, v. 23, n. 87, p. 461–484, abr./jun. 2015.
- FERNANDES, Claudia de Oliveira; FREITAS, Luiz Carlos de. **Currículo e avaliação**. In: Indagações sobre currículo: currículo e avaliação. Brasília: MEC/SEB, 2007.





FREITAS, Luiz Carlos de. **Os reformadores empresariais da educação:** da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. Educação & Sociedade, Campinas, v.33, n.119, p.379-404, 2012b

LIBÂNEO, José Carlos. **Práticas de organização e gestão da escola:** objetivos e formas de funcionamento a serviço da aprendizagem de professores e alunos. 2015. Disponível

em: http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/11022015_jose_carlos_libaneo_i.pdf. Acesso em: 03 mar. 2025.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico:** a pesquisa bibliográfica. Revista Katálisis, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37–45, 2007.

NARDI, E. L. **Políticas de accountability em educação.** Perspectivas sobre avaliação, prestação de contas e responsabilização. Ijuí: Ed. Unijuí, 2019.

SCHNEIDER, M. P.; NARDI, E. L. **Accountability em educação:** mais regulação da qualidade ou apenas um estágio do Estado-avaliador? ETD - Educação Temática Digital, V.17, n.1, p. 58-74, 2015.

SCHNEIDER, M. P.; NARDI, E. L. **O potencial do IDEB como estratégia de accountability da qualidade da educação básica.** Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 27–44, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/42819>. Acesso em: 11 jan. 2025.

SCHNEIDER, M. P.; ROSTIROLA, C. R. & VÁZQUEZ, J. M. (Org.). **Dispositivos de Accountability em Perspectiva:** limites e alternativas à política de avaliação educacional. Curitiba, Appris, 2021.

SOBRINHO, J. D. **A avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria?** Educação & Sociedade, Campinas, v. 25, n. 89, p. 91–109, 2004.

VEIGA, I. P. A. **A escola em debate:** gestão, projeto político-pedagógico e avaliação. Retratos da Escola, Brasília, v. 7, n. 12, p. 159–166, 2013. DOI: <https://doi.org/10.22420/rde.v7i12.270>. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/270>. Acesso em: 04 jan. 2025.

